

PROGRAMA DO PROCEDIMENTO

“Concessão da utilização privativa do domínio público do Município de Vila Real para instalação e exploração de cinco contentores destinados a estabelecimentos de bebidas – Largo da Estação”



Índice

CAPÍTULO I.....	4
DISPOSIÇÕES GERAIS	4
1. IDENTIFICAÇÃO DO PROCEDIMENTO	4
2. ENTIDADE ADJUDICANTE	4
3. DECISÃO DE CONTRATAR.....	4
4. VALOR BASE DAS PRESTAÇÕES MENSAS	4
5. ADMISSÃO DE CONCORRENTES	4
6. MODALIDADE JURÍDICA DO ADJUDICATÁRIO	5
7. PRAZO DA CONCESSÃO.....	5
8. CRITÉRIO DE ADJUDICAÇÃO	5
CAPÍTULO II.....	5
PROPOSTAS	5
9. DISPONIBILIZAÇÃO DAS PEÇAS E ACESSO AO PROCEDIMENTO	5
10. JÚRI DO PROCEDIMENTO	6
11. ESCLARECIMENTOS, ERROS E OMISSÕES E RETIFICAÇÕES DAS PEÇAS DO PROCEDIMENTO	6
12. DOCUMENTOS QUE INTEGRAM A PROPOSTA	6
13. PROPOSTAS VARIANTES E NEGOCIAÇÃO DAS PROPOSTAS	7
14. MODO DE APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS E DEMAIS DOCUMENTOS.....	7
15. ENTREGA DAS PROPOSTAS.....	7
16. PRAZO DE MANUTENÇÃO DAS PROPOSTAS	8
CAPÍTULO III.....	8
ATO PÚBLICO DO CONCURSO	8
17. SESSÃO DE ABERTURA DAS PROPOSTAS.....	8
18. REGRAS GERAIS DO ATO PÚBLICO	8
CAPÍTULO IV	9
ADJUDICAÇÃO	9
19. PROPOSTA VENCEDORA.....	9
20. AUDIÊNCIA PRÉVIA	9
21. ADJUDICAÇÃO.....	9
22. ANULAÇÃO DA ADJUDICAÇÃO	10
23. CAUSAS DE NÃO ADJUDICAÇÃO	10
CAPÍTULO V	10
DECLARAÇÕES E DOCUMENTOS	10
24. DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO	10
25. FALSIFICAÇÃO DOS DOCUMENTOS E DECLARAÇÕES.....	11
CAPÍTULO VII	11
CONTRATO	11
26. ACEITAÇÃO MINUTA DO CONTRATO	11
27. CELEBRAÇÃO DO CONTRATO.....	12
CAPÍTULO VII	12



DISPOSIÇÕES FINAIS	12
28. ANULAÇÃO DO PROCEDIMENTO	12
29. FORO COMPETENTE	12
30. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL.....	12
ANEXO I	14
Declaração de aceitação do conteúdo do Caderno de Encargos.....	14
ANEXO II	16
Modelo de Proposta.....	16
ANEXO III	17
Modelo de declaração.....	17
[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º]	17



Capítulo I

Disposições Gerais

Artigo 1º

Identificação do Procedimento

1.1. O presente procedimento tem por objeto a **Concessão da utilização privativa do domínio público do Município de Vila Real para instalação e exploração de cinco contentores destinados a estabelecimentos de bebidas – Largo da Estação**, em Vila Real, nos termos e condições previstos no caderno de encargos, bem como dos anexos que o compõem, e encontram-se agrupados de acordo com os seguintes lotes:

- a) Lote 1 – Contentor destinado a estabelecimento de bebidas
- b) Lote 2 - Contentor destinado a estabelecimento de bebidas
- c) Lote 3 - Contentor destinado a estabelecimento de bebidas
- d) Lote 4 - Contentor destinado a estabelecimento de bebidas
- e) Lote 5 - Contentor destinado a estabelecimento de bebidas

Artigo 2º

Entidade adjudicante

A entidade adjudicante é o Município de Vila Real, pessoa coletiva n.º 506 359 670, sita em Avenida Carvalho Araújo, 5000-657 Vila Real, com o endereço eletrónico geral@cm-vilareal.pt e sítio institucional www.cm-vilareal.pt.

Artigo 3º

Decisão de contratar

A decisão de contratar foi tomada pela Câmara Municipal de Vila Real por deliberação no dia 30 de junho de 2025.

Artigo 4º

Valor Base das Prestações Mensais

O preço/valor base de licitação de cada um dos espaços municipais objeto da presente Hasta Pública, correspondente ao valor mínimo mensal da contraprestação pecuniária devida ao Município, é de 200,00 € (duzentos euros), não sujeito a IVA.

Artigo 5º

Admissão de Concorrentes

Serão admitidos a concurso público as entidades que não se encontrem em nenhuma das situações de impedimentos previstas no artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos (CCP).



Artigo 6º

Modalidade Jurídica do Adjudicatário

Em caso de adjudicação, o concessionário deverá ter constituído sociedade comercial que contemple a exploração das atividades que integram o presente procedimento ou iniciar atividade como Empresário em Nome Individual para o efeito.

Artigo 7º

Prazo da Concessão

7.1 - O prazo de vigência do contrato a celebrar é de 10 (dez) anos.

7.2 - O período de vigência inicial do contrato inicia-se no dia subsequente ao da assinatura do contrato, independentemente da data de início da exploração.

7.3 - O período de vigência do contrato poderá, por acordo expresso de ambas as Partes, ser prorrogado, uma ou mais vezes, por períodos de cinco anos.

7.4 - Qualquer uma das partes pode opor-se à renovação prevista no número anterior, mediante comunicação à contraparte, com uma antecedência mínima de 90 (noventa) dias.

Artigo 8º

Citério de Adjudicação

8.1 - A adjudicação é feita segundo o critério da proposta economicamente mais vantajosa (valor de renda mensal mais alto) para cada lote.

8.2 - Em situação de empate, a ordenação das propostas será efetuada na sequência de sorteio presencial, nos termos e na data, hora e local a definir pelo júri, os quais serão transmitidos aos concorrentes

8.3 - Será apenas admitida a adjudicação de 2 (dois) lotes por cada concorrente.

Capítulo II

Propostas

Artigo 9º

Disponibilização das Peças e Acesso ao Procedimento

9.1 - As peças que constituem o presente procedimento serão integralmente disponibilizadas no *website* oficial do Município de Vila Real em <http://www.cm-vilareal.pt>.

9.2 - O acesso ao *website* acima mencionado é gratuito e permite aos interessados efetuar consulta e *download* das Peças de Procedimento.

9.3 - Sem prejuízo do disposto no número anterior, as Peças de Procedimento também estão disponíveis para consulta no Gabinete de Atendimento ao Cidadão do Município de Vila Real, durante as horas de expediente, desde o dia da publicação do respetivo anúncio até ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas.



9.4 - As peças do procedimento poderão ainda ser fornecidas em formato digital, caso os concorrentes tenham problemas em descarregá-las do site do município, nos três dias úteis seguintes à data da receção do pedido, sem qualquer custo, devendo o pedido ser efetuado através de e-mail (scp@cm-vilareal.pt).

Artigo 10º

Júri do Procedimento

O presente procedimento é conduzido por um Júri, designado pelo órgão competente para a decisão de contratar, o qual inicia funções no dia útil imediatamente a seguir à data da publicitação do aviso do procedimento.

Artigo 11º

Esclarecimentos, Erros e Omissões e retificações das peças do procedimento

11.1 - Os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do concurso são da competência do júri designado para o efeito.

11.2 - Os pedidos de esclarecimento devem ser solicitados por correio eletrónico para o endereço scp@cm-vilareal.pt, durante o primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas.

11.3 - Os esclarecimentos serão prestados pelo Júri através de correio eletrónico, até ao fim do segundo terço do prazo fixado para a apresentação das propostas. A falta de resposta até esta data poderá justificar a prorrogação, por período correspondente, do prazo para a apresentação das propostas, desde que requerida por qualquer interessado.

11.4 - Dos esclarecimentos prestados juntar-se-á cópia às peças patentes em concurso, sendo a sua existência comunicada aos interessados que procederam ao levantamento do processo de concurso e publicitado no endereço web do município de acordo com o artigo 50º do Código dos Contratos Públicos.

11.5 - Quando, devido ao seu volume, os esclarecimentos não possam ser prestados no prazo referido, o prazo para a apresentação das propostas deve ser adequadamente prorrogado.

11.6 - Os pedidos de esclarecimento terão de ser feitos em Língua Portuguesa.

Artigo 12º

Documentos que integram a Proposta

12.1 - Na proposta, o concorrente deverá manifestar a sua aceitação dos termos e condições fixados no processo de concurso e indicar com clareza as condições em que se dispõe realizar a concessão objeto do contrato a celebrar.

12.2 - Cada concorrente pode apresentar proposta para um ou mais lotes, não existindo a obrigatoriedade de concorrer a um número mínimo ou à totalidade dos Lotes.

12.3 - Uma vez que apenas é admitida a adjudicação de 2 (dois) lotes por cada



concorrente caso o concorrente apresente proposta a mais do que um Lote deve indicar a ordem de preferência.

12.4 - **Na sua proposta o concorrente deve identificar qual o lote para o qual está a concorrer.**

12.5 - **A proposta para cada Lote deverá incluir sob pena de exclusão:**

- i. Declaração de aceitação do conteúdo do Caderno de Encargos prevista na alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º do CCP junta ao presente Programa de Procedimento como **ANEXO I**;
- ii. Proposta de preço apresentada de acordo com o **ANEXO II** ao Programa de Procedimento, dele fazendo parte integrante;

12.6 - A proposta será assinada pelo concorrente ou por seu representante devendo, neste caso, deverá juntar-se documento que confira a este último poderes bastantes para o efeito.

Artigo 13º

Propostas Variantes e Negociação das Propostas

13.1 - Não são admitidas propostas variantes ou com condições divergentes das apresentadas no presente programa de procedimento.

13.2 - As propostas não serão objeto de negociação.

Artigo 14º

Modo de Apresentação de Propostas e Demais Documentos

14.1 - As propostas elaboradas nos termos definidos no presente programa de procedimento, deverão ser apresentadas em invólucro opaco e fechado, em cujo rosto se identifica o procedimento e se escreve a expressão *“Proposta para o **Lote** _ (identificar o n.º de lote) - Concurso de concessão da utilização privativa do domínio público do Município de Vila Real para instalação e exploração de contentor destinado a estabelecimentos de bebidas – Largo da Estação”* e a respetiva identificação do proponente e morada.

14.2 - Os concorrentes deverão assinar a proposta, bem como todos os documentos que a acompanham.

14.3 - A proposta e documentos que a acompanham devem estar redigidos em língua portuguesa, ou não o sendo, devem ser acompanhadas de tradução devidamente legalizada e em relação à qual o concorrente declara aceitar, para os devidos e legais efeitos, a prevalência da tradução sobre os respetivos originais.

Artigo 15º

Entrega das Propostas

15.1 - As propostas e os documentos que as acompanham devem ser apresentadas até às 17h00 do dia xx de xx de xx.



15.2 - As propostas podem ser entregues em mão na sede do Município suprarreferida no ponto 2, ou enviadas por correio registado e com aviso de receção para o mesmo endereço, desde que a sua receção ocorra dentro do prazo fixado no número anterior.

15.3 - O interessado pode solicitar a prorrogação do prazo referido no número 15.1, quando os esclarecimentos solicitados não forem prestados dentro do prazo estabelecido para o efeito.

15.4 - A decisão de prorrogação cabe ao órgão competente para a decisão de contratar e beneficia todos os interessados.

15.5 - Quando o envio da proposta tenha sido feita por correio, o concorrente é o único responsável por eventuais atrasos, não podendo apresentar reclamação na hipótese da entrada dos documentos no Município se verificar após o término do prazo.

Artigo 16º

Prazo de Manutenção das Propostas

O prazo de manutenção das propostas é de 120 dias.

Capítulo III

Ato Público do Concurso

Artigo 17º

Sessão de Abertura das Propostas

As propostas são abertas pelo Júri, em sessão pública, às 10:00h do dia x de xx de xxxx, na sede do Município de Vila Real.

Artigo 18º

Regras Gerais do Ato Público

18.1 - À sessão pública pode assistir qualquer interessado, apenas podendo nela intervir os concorrentes e seus representantes, devidamente credenciados, bastando para tanto, no caso dos empresários em nome individual a exibição do respetivo Cartão de Cidadão ou documento de identificação equivalente.

18.2 - A sessão pública inicia-se com a identificação do procedimento e com a abertura dos invólucros recebidos dentro do prazo concedido para o concurso.

18.3 - Em seguida, o Júri procede à leitura das propostas admitidas, identifica as excluídas e dá a conhecer o valor da prestação mensal.

18.4 - A exclusão de propostas pelo júri, deverá ser fundamentada com o incumprimento das condições definidas no presente programa de procedimento, designadamente,

- a) Por não terem sido recebidas dentro do prazo concedido para o efeito;
- b) Por não apresentarem a totalidade dos documentos referidos no artigo 12.º do presente programa de procedimento;



- c) Por apresentarem propostas de valor inferior ao valor base estipulado no presente programa de procedimento;
- d) Por conterem alterações ao Caderno de Encargos.

18.5 - Os concorrentes ou seus representantes podem durante a sessão pública pedir esclarecimentos, apresentar reclamação de qualquer infração à legislação aplicável ou às regras do presente procedimento que seja cometida e examinar a documentação apresentada.

18.6 - A eventual alteração da data do Ato Público é comunicada aos interessados.

CAPÍTULO IV ADJUDICAÇÃO

Artigo 19º

Proposta Vencedora

19.1 - A concessão da utilização dos espaços objeto do presente concurso será aquela que apresentar a proposta mais vantajosa de acordo com o critério referido no ponto 8.

19.2 - Depois de cumpridas as formalidades previstas na lei e no presente programa de procedimento, a entidade competente para a abertura do concurso, escolhe o adjudicatário com base no relatório elaborado pelo júri do procedimento.

Artigo 20º

Audiência Prévia

Após a elaboração do relatório preliminar de análise das propostas, o mesmo será enviado a todos os concorrentes, fixando um prazo de cinco dias, para que se pronunciem, por escrito, ao abrigo de audiência prévia, nos termos do artigo 147.º do CCP.

Artigo 21º

Adjudicação

21.1 - A adjudicação é o ato pelo qual o órgão competente para a decisão de contratar aceita a única proposta apresentada ou escolhe uma de entre as propostas apresentadas para cada lote.

21.2 - A decisão de adjudicação é notificada ao concorrente que apresentar a proposta mais alta, determinando-lhe simultaneamente que, no prazo de 10 dias, a contar da data de notificação, para proceder ao pagamento da importância a que se refere o ponto 21.4.

21.3 - Assim que o concorrente preferido proceda à entrega dos valores infra referenciados, a adjudicação será notificada aos restantes concorrentes, sendo acompanhada do relatório final de análise de todas as propostas.



21.4 - Ao adjudicatário será exigido o pagamento de um montante equivalente a 6 (seis) prestações mensais do valor da proposta adjudicada, a título de adiantamento.

21.5 - O referido pagamento é condição necessária para a celebração do contrato.

21.6 - O Município de Vila Real pode declarar perdido a seu favor a importância paga antecipadamente, sem necessidade de decisão judicial, nos casos de incumprimento das obrigações legais, contratuais ou pré-contratuais pelo adjudicatário.

Artigo 22º

Anulação da Adjudicação

22.1 - A adjudicação considera-se sem efeito quando, por facto imputável ao adjudicatário, este:

- i) Não preste o montante referido no ponto 21.4. no prazo concedido para o efeito.
- ii) Não entregue a documentação que lhe seja exigida nos termos do ponto 24 (documentos de habilitação), ou cujo teor dos mesmos careça de verdade.
- iii) Não compareça do dia, hora e local indicados para a outorga do contrato.

22.2 - Nos casos previstos no número antecedente, o Município de Vila Real pode decidir pela adjudicação da proposta que ficou em segundo lugar.

Artigo 23º

Causas de Não Adjudicação

Não há lugar a adjudicação nos casos previstos no artigo 79.º do Código dos Contratos Públicos.

CAPÍTULO V

DECLARAÇÕES E DOCUMENTOS

Artigo 24º

Documentos de Habilitação

24.1 - O adjudicatário deverá apresentar, no prazo de dez dias, sob pena da adjudicação caducar, os seguintes documentos:

- a) Declaração emitida conforme modelo constante do **ANEXO III** do Programa do Procedimento, dele fazendo parte integrante;
- b) Documento comprovativo da regularização da situação contributiva para com a segurança social portuguesa emitido pelo Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social;
- c) Declaração comprovativa da situação tributária regularizada, emitida pela repartição de finanças do domicílio ou sede do contribuinte em Portugal, de acordo com o previsto no artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 236/95, de 13 de setembro;



- d) Certificado do registo criminal do proponente, e no caso de pessoas coletivas, certificado de registo criminal de pessoa coletiva, bem como dos titulares dos órgãos sociais de administração, direção ou gerência da empresa emitidos pela autoridade competente;
- e) Declaração comprovativa de não dívida ao Município de Vila Real;
- f) Certidão do registo comercial, com todas as inscrições em vigor, para identificação dos titulares dos órgãos sociais de administração, direção ou gerência que se encontrem em efetividade de funções;
- g) Documento comprovativo do registo e das respetivas atualizações de beneficiário efetivo no Registo Central do Beneficiário Efetivo (RCBE);

24.2 - A apresentação de quaisquer documentos comprovativos da titularidade das habilitações legalmente exigidas para a execução das prestações objeto do contrato a celebrar, ainda que não constem do programa do procedimento, poderá ser solicitada ao adjudicatário, sendo fixado um prazo para o efeito.

24.3 - Todos os documentos de habilitação do adjudicatário deverão ser redigidos em língua portuguesa ou acompanhados de tradução legalizada, se os respetivos originais, pela sua própria natureza ou origem, estiverem redigidos em língua estrangeira.

Artigo 25º

Falsificação dos Documentos e Declarações

Sem prejuízo da participação à entidade competente para efeito de responsabilidade penal, a falsificação culposa dos documentos e declarações, consoante a gravidade dos mesmos, determina a invalidade da adjudicação e dos atos subsequentes.

Capítulo VII

Contrato

Artigo 26º

Aceitação Minuta do Contrato

26.1- A minuta do contrato é aprovada pelo órgão competente para a decisão de contratar depois de comprovada o pagamento do montante referido em 21.4.

26.2- Depois de aprovada a minuta do contrato a celebrar, a mesma é notificada ao adjudicatário, devendo este pronunciar-se no prazo de 5 (cinco) dias úteis após a sua receção, findo o qual, se não fizer reclamação, a mesma considera-se tacitamente aceite.

26.3- Às reclamações da minuta do contrato aplica-se o disposto no artigo 102.º do CCP.

Artigo 27º



Celebração do Contrato

27.1 - O contrato deverá ser celebrado por escrito, em documento autêntico, no prazo de 30 dias a contar da aceitação da minuta ou da decisão sobre a reclamação, se a houver, nos termos do artigo 104º do CCP.

27.2 - No caso de o adjudicatário não comparecer para outorgar o contrato, na data, hora e local fixado para o efeito (salvo prove que tal ocorreu por motivo que lhe não seja imputável e que seja considerado justificação bastante), ou tendo comparecido, se recuse a assinar o contrato, a adjudicação será considerada sem efeito, revertendo o montante pago antecipadamente a favor do Município de Vila Real.

CAPÍTULO VII DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 28º

Anulação do Procedimento

28.1 - O Município de Vila Real pode em qualquer momento anular o presente procedimento, quando:

- a) Por circunstâncias imprevisíveis seja necessário alterar os elementos fundamentais dos documentos que servem de base ao presente procedimentos;
- b) Por razões supervenientes de manifesto interesse público o justifiquem.

28.2 - A decisão de anulação do procedimento é fundamentada e publicitada nos mesmos termos em que foi publicitada a sua abertura.

Artigo 29º

Foro Competente

O Tribunal competente para julgar eventuais litígios é o Tribunal Administrativo e Fiscal de Mirandela, com renúncia expressa a qualquer outro.

Artigo 30º

Legislação Aplicável

Em tudo o que se revelar omissivo no presente Programa de Concurso e Caderno de Encargos e se não mostrar incompatível com o clausulado e especificidade dos mesmos documentos, observar-se-á o disposto na demais legislação aplicável ao procedimento e/ou ao contrato celebrado.



ANEXOS



ANEXO I
Declaração de aceitação do conteúdo do Caderno de Encargos
Modelo de Declaração [a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º do Código dos Contratos Públicos].

1 - ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1) ... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de **CONCESSÃO DA UTILIZAÇÃO PRIVATIVA DO DOMÍNIO PÚBLICO DO MUNICÍPIO DE VILA REAL PARA INSTALAÇÃO E EXPLORAÇÃO DE CINCO CONTENTORES DESTINADOS A ESTABELECIMENTOS DE BEBIDAS – LARGO DA ESTAÇÃO**, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

2 – Declara também que executará o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo (3):

- a) ...
- b) ...
- c) ...

3 – Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

4 – Mais declara, sob compromisso de honra, que não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

5 – O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo



456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

6 – Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga-se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar a declaração que constitui o anexo II do referido Código, bem como os documentos comprovativos de que se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do referido Código.

7 – O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

(Local) _____, _____, de _____ de _____

Assinatura _____ (4)

NOTAS:

- 1) *Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.*
- 2) *No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão “a sua representada”.*
- 3) *Enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração, nos termos do disposto nas alíneas b), c) e d) do n.º 1 e nos 2 e 3 do artigo 57º. do CCP*
- 4) *Nos termos do disposto no n.º 4 e 5 do artigo 57º. do CCP*



ANEXO II

Modelo de Proposta

(1), titular do Bilhete de Identidade / cartão de cidadão número , emitido em ____ valido até ____ , residente em_____, na qualidade de representante legal de ____ (2), com sede em _____(2), depois de ter tomado conhecimento do objeto do procedimento **“CONCESSÃO DA UTILIZAÇÃO PRIVATIVA DO DOMÍNIO PÚBLICO DO MUNICÍPIO DE VILA REAL PARA INSTALAÇÃO E EXPLORAÇÃO DE CINCO CONTENTORES DESTINADOS A ESTABELECIMENTOS DE BEBIDAS – LARGO DA ESTAÇÃO”**, obriga-se a executar tudo o que constar do respetivo caderno de encargos que integralmente conhece, com as seguintes condições:

Pela exploração do Lote _____ (identificar o n.º de lote ao qual concorre), propõe o preço mensal de € _____(indicação por extenso do valor) ao Município de Vila Real.

Considerando que apresento proposta a mais do que um Lote, informo que esta é a ____ preferência (3).

Mais declara que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeita à execução do seu contrato, ao que se achar prescrito na legislação portuguesa em vigor.

Vila Real; _____ de _____ de 2025

Assinatura:

(1) Identificação do concorrente pessoa singular ou legal representante do concorrente se pessoa coletiva;

(2) Só aplicável no caso de concorrente ser pessoa coletiva;

(3) Apenas aplicável caso o concorrente apresente proposta a mais do que um Lote.



ANEXO III

Modelo de declaração

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º]

1 - ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1)... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento de **CONCESSÃO DA UTILIZAÇÃO PRIVATIVA DO DOMÍNIO PÚBLICO DO MUNICÍPIO DE VILA REAL PARA INSTALAÇÃO E EXPLORAÇÃO DE CINCO CONTENTORES DESTINADOS A ESTABELECIMENTOS DE BEBIDAS – LARGO DA ESTAÇÃO**, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos:

2 - O declarante junta em anexo [ou indica ... como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados (3)] os documentos comprovativos de que a sua representada (4) não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

3 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local),... (data),... [assinatura (5)].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

(4) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(5) Nos termos do disposto nos n.os 4 e 5 do artigo 57.º